



Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Aparições e Revelações Particulares



Subsídios Doutrinais

1

Subsídios Doutriniais - 01

Coleção **Subsídios Doutrinais**

- 1 - Aparições e Revelações Particulares.
- 2 - A Teologia Moral em meio a Evoluções Históricas.
- 3 - Igreja Particular, Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades.
- 4 - Anúncio Querigmático e Evangelização Fundamental.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Aparições e Revelações Particulares



C748a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil /
Aparições e Revelações Particulares. Brasília, Edições CNBB. 2009.

Aparições e Revelações Particulares. CNBB.
64 p. : 14 x 21 cm
ISBN: 978-85-60263-78-3

1. Revelações 2. Profecias 3. Aparições

CDU - 248.215

1ª Edição - 2009

COORDENAÇÃO: Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Pe. Valdeir dos Santos Goulart

PROJETO GRÁFICO E CAPA: Fábio Ney Koch dos Santos

DIAGRAMAÇÃO: Henrique Billygran da Silva Santos

REVISÃO ORTOGRÁFICA: M. T. Voltarelli

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita do autor - CNBB.

Edições CNBB

www.edicoescnbb.com.br

E-mail: vendas@edicoescnbb.com.br

Fone: (61) 2103-8383 - Fax: (61) 3322-3130

SE/Sul Quadra 801 - Cj. B - CEP 70200-014

Brasília - DF

SUMÁRIO

SIGLAS	7
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
APARIÇÕES E REVELAÇÕES PARTICULARES	13
CAPÍTULO I	
DADOS DO PROBLEMA. PRESSUPOSTOS	15
1. Dados do problema	15
2. Pressupostos	19
CAPÍTULO II	
OS FATOS	23
CAPÍTULO III	
A EXPERIÊNCIA CRISTÃ	29
1. O caminho do Filho de Deus	30
2. O seguimento de Jesus Cristo	33
2.1. Os santos	34
2.2. A Virgem Maria	35
2.3. A fraqueza humana e o mal no mundo	37
CAPÍTULO IV	
A ANÁLISE DO FENÔMENO	39
1. O fato	39
2. A mensagem	41
3. O contexto	42
4. A função crítico profética da Igreja	45
CAPÍTULO V	
CRITÉRIOS DE DISCERNIMENTO	49
1. A prudência	49
2. Os critérios de Bento XIV	50
3. Magistério, Revelação normativa e aparições ou revelações particulares	53
CONCLUSÃO	57
BREVE NOTA BIBLIOGRÁFICA	61

SIGLAS

CED Comissão Episcopal de Doutrina

DV *Dei verbum*

LG *Lumen gentium*

GS *Gaudium et Spes*

APRESENTAÇÃO

A Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé em sua tarefa de promover a reflexão teológica para iluminar, adequadamente, questionamentos e desafios atuais publica subsídios doutrinários. A coleção “Subsídios Doutrinários da CNBB” atende, pois, a uma solicitação dos Bispos como ajuda ao seu magistério doutrinário, favorecimento da inteligência da fé e sua transmissão na ação evangelizadora e pastoral da Igreja.

Por isso, publicamos uma nova edição deste Subsídio Doutrinário n.º 1: “*Aparições e revelações particulares*” (1ª edição em 1990), mantendo o texto original.

Esta significativa contribuição para a inteligência da fé tem substancial importância no enfrentamento dos desafios pastorais enfrentados pela Igreja neste momento. Uma maior clarividência fecunda a audácia missionária dos discípulos de Jesus Cristo.

28 de Junho de 2009

Memória de Santo Irineu

+ Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Presidente da Comissão Episcopal Pastoral
para a Doutrina da Fé

INTRODUÇÃO

Inicia-se, com este caderno, uma despreziosa coleção a serviço da Pastoral. A Comissão Episcopal de Doutrina, atendendo as solicitações dos Bispos do Brasil, procura editar uma série de subsídios doutrinários com o objetivo de ajudar os bispos e outros agentes de pastoral.

Numa linguagem simples e sem muito aparato técnico e bibliográfico, serão apresentadas respostas atualizadas para os diversos questionamentos no campo teológico, que tem repercussão direta na ação pastoral.

Não se trata de estudos profundos, mas, antes, de resumos facilmente assimiláveis por pessoas que tem necessidade de enfrentar, na atividade pastoral, problemas de caráter teológico, sem terem tempo ou oportunidade de se dedicarem a um estudo mais profundo e prolongado.

Com a colaboração de diversos teólogos do Brasil, a Comissão Episcopal de Doutrina espera poder servir a todos os irmãos do episcopado com esta modesta contribuição.

Este primeiro caderno trata das “*Aparições*” e procura dar uma orientação equilibrada diante de fenômenos que, ultimamente, também no Brasil, se têm multiplicado, deixando muita gente confusa, tanto no julgamento teórico, como nas atividades práticas a tomar.

Certamente, com este caderno, não se resolvem todos os aspectos doutrinários e pastorais, mas esperamos ter apresentado pistas para firmar julgamentos e atitudes práticas.

Comissão Episcopal de Doutrina
Brasília, 12 de outubro de 1989

APARIÇÕES E REVELAÇÕES PARTICULARES

Nos últimos anos, o número de “aparições” e “revelações” particulares, principalmente de Nossa Senhora, tem aumentado significativamente. A própria repercussão destes fenômenos junto aos meios de comunicação social indica que também tem crescido a expectativa desses fenômenos, no meio do povo.

Tudo isso coloca à Igreja e, mais especificamente, ao seu ministério hierárquico, algumas questões de ordem doutrinal e pastoral. É dever do magistério oferecer aos fiéis uma palavra autorizada sobre esses fatos, em geral, e sobre eventuais “aparições” e “revelações”, em particular.

Uma palavra *refletida* e *prudente* exige dos pastores um exame acurado, levando em conta vários aspectos, das ciências em geral, mas especialmente as humanas (como a Psicologia, a Sociologia), da tradição judeu-cristã, da Teologia e da prática já firmada pelo magistério da Igreja.

Na prática, são muitas as perguntas que se colocam, o que as ciências humanas dizem, e podem dizer, sobre a natureza, os condicionamentos socioculturais e psicológicos, e o que não dizem e não podem dizer? As aparições e revelações particulares são possíveis? Se são, qual a sua natureza? Que relação tem com a revelação normativa e com a experiência da fé cristã, no seguimento de Cristo? Qual o alcance e o limite do magistério da Igreja sobre esse assunto? Quais são os critérios gerais de discernimento da autenticidade do fenômeno? Como proceder em cada caso? Que orientações pastorais dar aos fiéis?

Como se vê, não são poucas as questões. Não pretendemos dar uma resposta detalhada a cada uma delas, mas apenas oferecer um quadro de referência mais amplo para o discernimento pastoral, baseado nos dados da doutrina mais segura da Igreja. Nossa reflexão consta dos seguintes pontos:

Capítulo I - Dados do problema. Pressupostos

Capítulo II - Os fatos

Capítulo III - A experiência cristã

Capítulo IV - A Análise do fenômeno

Capítulo V - Critérios de discernimento

Capítulo VI - Conclusão

CAPÍTULO I

DADOS DO PROBLEMA. PRESSUPOSTOS

Nesta parte apresentamos, primeiramente, alguns dados do problema, partindo de elementos de reflexão filosófico antropológica e de ciências humanas. A seguir, alguns pressupostos de nossa visão de fé, que julgamos básicos para uma leitura do fenômeno, do ponto de vista cristão.

1. Dados do problema

O objetivo desse parágrafo consiste em captar melhor a passagem de uma abordagem humana, à luz da razão, para uma abordagem teológica, à luz da fé.

Conceito. O que comumente chamamos de “aparições” e “revelações” são experiências de ordem psíquica. Por elas se diz reconhecer objetos, seres e situações normalmente “invisíveis”, como Deus, Anjos, e pessoas em situação escatológica como, os santos, a Virgem Maria, as almas. São fenômenos extraordinários que não se podem pressupor, mas dos quais temos inúmeros relatos de experiências.

Limite da ciência. Hoje, as ciências que estudam com maior rigor esse fenômeno, não têm a pretensão de dizer a última palavra. Querem apenas ser um saber rigoroso que controla as regras da produção do próprio conhecimento. Reconhecem desta forma, que existe um imenso “território” a elas inacessível, aberto a outras formas de conhecimento, que ultrapassam os limites do que é cientificamente “controlável”. Por conseguinte, a ciência, hoje, não pretende negar *a priori* que possa haver

fenômenos extraordinários. Apenas diz que não pode afirmá-los, a partir de suas regras de saber.

Visão do homem. O próprio homem é um mistério. O ser humano é um sujeito dotado, ao mesmo tempo, de uma dimensão exterior e interior, essencialmente corpo e espírito. O corpo é uma espécie de “central de comunicações” pela qual o ser humano entra em relação com o mundo dos objetos e das pessoas que o cercam. Os objetos, as coisas, “aparecem” e se “revelam” a ele através dos sentidos externos como a visão, a audição, o olfato, o gosto e o tato. Os sentidos internos, em especial a fantasia, trabalham as “informações”, montam uma imagem interior, síntese dessas informações com outros conteúdos já presentes no consciente ou no inconsciente.

Princípio da totalidade. Nesse processo, a pessoa humana, corpo e espírito, age e reage como um todo, não como se fosse dividida em partes estanques. O ser humano inteiro está diante da realidade, tanto do mundo interior quanto do mundo exterior. Trata-se do *princípio da totalidade* pelo qual a pessoa é o sujeito de suas relações com o mundo dos objetos, das pessoas e o mundo de Deus.

A realidade. Nas relações com a realidade, ou seja, com o mundo que nos rodeia, levantam-se duas questões, as *percepções* são só aquelas que nos chegam pelos sentidos, ou há outras, “extrassensoriais”? A *realidade* restringe-se apenas ao mundo sensível ou vai mais além? Tudo leva a crer que há percepções extraordinárias. Os cientistas que pesquisam nesta área, partem do pressuposto de que a realidade vai além do que é percebido pelos sentidos. Há pessoas que “veem coisas invisíveis” e “ouvem sons inaudíveis” no piano da “normalidade”. Há, pois, outros modos de “ver”, de “ouvir” etc., que a própria ciência hoje aceita e que se pressupõe, acontecem também nos fenômenos de aparições e revelações.

Critérios de avaliação. Os sentidos externos e internos apenas registram os fenômenos. Não dão nenhum juízo sobre sua natureza. Esse juízo cabe a *inteligência*. Por exemplo, posso ver a explosão de alguma estrela. A vista acusa o fato, mas não assegura que essa explosão aconteceu agora, nem diz alguma coisa sobre sua natureza. A inteligência humana, aplicada ao saber científico, interpreta e organiza os dados disponíveis, e pode, inclusive, pronunciar-se sobre a natureza do fenômeno, há quantos anos-luz aconteceu, e assim por diante. Portanto, para alguém se pronunciar sobre a natureza de alguma coisa não basta os sentidos. Requer-se *critérios de avaliação* que a experiência vai progressivamente recolhendo, no decorrer da História.

Interpretação. Tudo isso significa que a *interpretação* e os critérios de avaliação não são dados espontâneos. São condicionados pela maneira de cultivar as relações com o mundo e seu mistério, com a cultura. Os pesquisadores desta área constatam que, nas coisas comuns, captadas pela percepção normal, não há maior diferença entre pessoas de cultura tradicional ou mais moderna. Diante dos mesmos fenômenos, a reação imediata é praticamente idêntica. A diferença aparece quando se ultrapassa a percepção imediata, e passa para o campo da interpretação.

Visão do mundo. Simplificando um pouco, pode-se dizer que há duas maneiras de ver o mundo. Uma, a visão *arcaica*, na qual o mundo é interpretado com um espaço povoado de espíritos ou entidades extraterrenas. A transcendência revela-se numa espécie de “geografia” do invisível, que os relatos míticos tentam organizar. Outra, a visão *moderna*, na qual o mundo é interpretado como espaço de aplicação da razão técnica e científica. A transcendência revela-se no próprio homem, enquanto conhece, procura explicação científica dos fenômenos e organiza o mundo como sua própria casa. Em ambos os casos,

trata-se da razão humana com sua função ordenadora das realidades experimentadas. Ela é ativada em função da própria vida humana no mundo.

Expectativas. Numa interpretação do mundo e dos fenômenos, influi muito a expectativa do “maravilhoso”, do “extraordinário”. O mistério do mundo exerce sobre o homem de todos os tempos um poder de encantamento. Existe algo de “sagrado” que ao mesmo tempo atemoriza e fascina o ser humano. Provoca a sua curiosidade e a sua imaginação. Esse encanto exercido pelo mistério do mundo, pelo sagrado, penetra, sobretudo, no mundo da religião e da cultura. Por isso mesmo, o ambiente religioso e cultural é importante. Nesta direção, deve-se aceitar, com objetividade, que se criem condições religiosas, culturais, psicossociais e pessoais, para maior ou menor aceitação, ou até de rejeição, da natureza extraordinária desses fenômenos.

Os relatos. A tradição judeu-cristã não escapa à regra. Nela encontramos relatos de fenômenos “extraordinários” que, na interpretação da experiência religiosa, dizem respeito à relação do homem com o mistério do mundo e o mistério de Deus. Os exemplos são mais do que conhecidos. Basta lembrar alguns, Abraão “conversa” com Javé e parte; Moisés vê a sarça-ardente, encontra-se com Javé, e vai cumprir a missão recebida; A Virgem Maria “recebe” o anúncio do Anjo Gabriel. E assim, encontramos muitos outros relatos dessa natureza. Mais “aparições” e “revelações”, como fenômeno humano, continuam acontecendo ainda hoje. Deles têm inúmeros relatos, pelos quais temos acesso indireto aos fatos, reais ou pretensos. Esses relatos são interpretados, ora com a *chave* de leitura do “maravilhoso”, ora com a chave da “experiência” interior e profunda do mistério. Para os que vivem o fato, trata-se de um encontro com o mundo misterioso do Deus que se revela.

Escolhos. Como se vê, o fenômeno das “aparições” e “revelações” de ontem e de hoje é complexo. Uma judiciosa interpretação deve evitar:

1. A *ingenuidade* que consiste em aceitar, como, normal, tudo o que de “aparições” e “revelações” acontece por aí. Dispensa-se o auxílio das ciências humanas, sem nenhuma perspectiva crítica, com medo de diminuir ou perder a fé. Deste modo, conserva-se o povo indefeso frente a outras explicações;
2. O *cientificismo* que pretende ter a explicação completa e cabal do fenômeno. Tudo seria “alucinação” ou “projeção” de temores ou desejos. O mundo fica, então, reduzido ao mundo do homem e nada mais.

Exemplo. Ficando no caso das aparições de Nossa Senhora, o pêndulo costuma variar desde uma visão maximalista, que tende a tudo aceitar, sem passar pelo crivo de critérios de discernimento humano e de fé, a uma visão minimalista, onde o critério da razão crítica fica sendo o único e definitivo. À luz de uma sadia mariologia, seguindo as orientações do Vaticano II (LG cap. VIII), da Exortação Apostólica “*Marialis Cultus*” do Paulo VI, da Encíclica “*Redemptoris Mater*” de João Paulo II e outros documentos do magistério da Igreja, qual seria o caminho?

2. Pressupostos

Antes de prosseguir, julgamos de fundamental importância enunciar, ainda que de passagem, alguns *pressupostos* de uma visão cristã do mundo, necessários para melhor situar a questão:

1. *A visão cristã de Deus Criador e Salvador.* O Deus dos Patriarcas, dos Profetas e de Jesus Cristo não é alheio nem

distante do mundo. Ele se revela “por acontecimentos e palavras” (DV, n. 2) e intervém na criação e na história humana, soberana e livremente. Nessa perspectiva fundamenta-se a possibilidade do milagre, de aparições e de revelações de Deus ou de seus enviados.

2. *Uma correta teologia das mediações.* A relação entre Deus e homem, no mundo, deve ser compreendida dentro de uma sadia teologia das mediações. Jesus Cristo, plenitude da Revelação, é o único mediador. As muitas mediações adquirem sentido a partir dele e nele. Revelações e aparições particulares nada acrescentam à revelação pessoal e insuperável do Pai, em Cristo, pelo poder do Espírito.
3. *A Comunhão dos Santos.* Significa aquele profundo intercâmbio de bens salvíficos entre os que foram santificados pela graça de Cristo. Só na fé percebida, esse mundo misterioso, mas real, nos diz que não se pode pensar o mundo de Deus apenas nos limites do que nós controlamos. Esse intercâmbio implica, normalmente, a vida da graça, as virtudes teológicas da fé, esperança e caridade, e os dons e carismas do Espírito. Nesse intercâmbio não estão excluídos os dons extraordinários de natureza sobrenatural.
4. *Igreja: comunhão de ministérios e carismas.* Uma correta teologia da Igreja diz-nos que ela não é apenas uma instituição hierárquica, mas também acontecimento carismático profético, pelo dom precioso do Espírito de Jesus Cristo. A renovação da doutrina sobre os dons e carismas abre um novo espaço para uma avaliação sadia desses fenômenos, na Igreja (cf. LG, n. 12).

5. *Dons extraordinários*. Por fim, quanto aos dons e carismas ditos extraordinários deve-se afirmar, de antemão, o seguinte: dons extraordinários não se pressupõem nem se presumem. Seria, aliás, um contrassinal. Eles devem ser diligentemente discernidos e comprovados.

O aumento de reais ou pretensas aparições, visões e revelações entre os católicos, é uma oportunidade para aprofundar o fenômeno, sem exageros, quer por oposição sistemática quer por credulidade excessiva, que, às vezes, põe em ridículo a fé. Não sem razão a “*Gaudium et Spes*” adverte que, na gênese do ateísmo de hoje, “grande parte podem ter os crentes, por quanto, negligenciando a educação da fé, ou por uma exposição falaz da doutrina, ou pelas faltas na sua vida religiosa, moral social, poder-se-ia dizer que mais escondem do que manifestam o rosto genuíno de Deus e da religião” (cf. GS, n. 19).

CAPÍTULO II

OS FATOS

Relatos de “aparições” e “revelações” na tradição judeu-cristã são frequentes. Neste capítulo, situamo-nos mais no âmbito da Igreja católica, explorando um pouco o seu imaginário religioso, em especial em relação aos Santos e a Nossa Senhora. A citação de alguns fatos ajuda a perceber a dimensão da questão.

O cristão, vivendo sinceramente sua fé, registra, em sua vida, momentos profundos de graça, no encontro com Deus. Há momentos de intervenção especial, pela proteção particular de Maria Santíssima ou de algum santo, de quem é devoto. São pontos altos da vivência cristã, quando se experimenta, mais de perto, o sobrenatural. Nosso vocabulário guarda expressões de uso comum, que manifestam não apenas uma fé profunda, mas também uma maneira de experimentar Deus na vida. Ouve-se, a cada passo: “graças a Deus”, “se Deus quiser”, “Deus seja bendito”...

Evidentemente, há pessoas que revelam maior intimidade com Deus. O próprio povo percebe isso. São homens e mulheres “de Deus”, porque mantêm com ele uma profunda relação mística. Sua palavra humana já aparece como inspirada pelo Alto. Suas atitudes e sua maneira de ser falam da presença divina na História. A Igreja, em muitos casos, pronuncia-se solenemente sobre a santidade dessas pessoas, são os santos canonizados.

A história do cristianismo registra casos admiráveis, algumas vezes até curiosos, de santos que exerciam profunda influência na sociedade, pelo seu “odor de santidade”. Santo Antão tornou-se legendário, a partir de seu retiro no deserto da Tebaida. Simão, o estilita, do alto de sua coluna, iluminava o mundo de sua época.

Leão Magno, Papa, enfrenta, inermes, o terrível “flagelo de Deus”, Atila. Bernardo de Claraval, como monge, ilumina a Europa do séc. XII, do Papa ao Imperador. Francisco de Assis ainda hoje comove o mundo com sua simplicidade. A série seria infinda.

Na história do cristianismo há também casos *extraordinários*, que transcendem a vivência ordinária da fé. São pessoas que dizem ter recebido mensagens diretamente do céu, algumas com “visões”, outras com “revelações”. Há as que se apresentam com atitudes estranhas, dizendo provenientes do além. Atrás desses fenômenos, surgem as imagens, que logo chamam a atenção do público e começam a gozar de prestígio especial. Reúnem grande número de devotos, e passam a ser consideradas milagrosas. O mesmo acontece com certas relíquias.

Aqui não vamos entrar na descrição do fenômeno das relíquias e das imagens milagrosas. Tal fenômeno normalmente se estende também a lugares que se tornaram centros de peregrinação. A Idade Média alimentou a espiritualidade dos cristãos com frequentes peregrinações, principalmente a Terra Santa, mas também a Roma, para ver os túmulos dos apóstolos Pedro e Paulo, e o sucessor de Pedro, o Papa, a Compostela onde, segundo a tradição, encontram-se os restos mortais do apóstolo Tiago. Nem é preciso ir tão longe no espaço e no tempo. A América Latina, na sua relativamente curta tradição católica, tem inúmeros lugares de peregrinação, para onde acorrem, cada ano, milhares, milhões de peregrinos.¹

No decorrer da história do cristianismo, muitas pessoas se apresentaram como tendo recebido aparições e revelações celestiais. Paulo, às portas de Damasco, foi um deles (cf. At 9,3-9). Ele mesmo se refere ao fato, em suas cartas (cf. Gl 1,12-17).

¹ Sobre santos e santuários na história do cristianismo, cf. Cracco G. *Tra Santi e Sanivari*. Em: Delumeau J. (dir.), *Storia Vissuta del Popolo Cristiano*, SEI, Torino, 1985, 2ª. ed., pp. 249-272. Ver, também, a orientação bibliográfica sobre o assunto no final.

Pedro teve uma visão, antes de ir à casa do centurião Cornélio (cf. At 10,9ss). Estêvão, antes da morte, “viu” a glória de Deus, e Jesus, a direita dele (cf. At 7,55s).

As manifestações extraordinárias não cessaram com a primeira geração do cristianismo. Francisco de Assis recebeu a mensagem divina, a partir de uma cruz. Santa Matilde de Magdeburgo diz ter tido várias visões de Jesus. Santa Gertrudes, como São Francisco, foi distinguida com os estigmas de Cristo e teve diversas visões e revelações. Santa Brígida, também, teve muitas revelações de Cristo, a favor da volta dos Papas de Avinhão para Roma. O mesmo se diga de Santa Catarina de Sena.

Deve-se notar que as aparições e revelações do passado normalmente se referem a Cristo e não sinalizaram um ponto de referência geográfico como centro de irradiação. Os grandes centros de peregrinação do passado estão ligados à atração que os túmulos, primeiro, o túmulo vazio de Jesus Cristo, depois o dos Apóstolos e dos santos, exerciam sobre os cristãos.

O fenômeno parece fazer-se notar, com maior frequência, nos últimos séculos, mas não é desconhecido nos períodos anteriores, no quadro de uma religião popular, como forma de um profetismo possível no mundo cristão. No caso católico, tradicional. Algumas aparições obtiveram certo reconhecimento da Igreja, como Guadalupe (México, 1531: ao Índio Juan Diego), Lourdes (França, 1858) e Fátima (Portugal, 1917). Os lugares das aparições transformaram-se também em grandes centros de peregrinação.

Entre os séculos XIX e XX, contam-se cerca de 310 aparições de Nossa Senhora.² No século XX, há um expressivo número de casos, reais ou presumidos, ainda não depurados pelo tempo, ligados principalmente a aparições de Nossa Senhora.

² Cf. Comby J., *Piété mariale et Mariologie de la Revolution a Vatican II*. *Lumière et Vie* 189, 1988, 19-32.

Entre esses casos, ocorridos em várias partes do mundo, e que estão chamando certa atenção, numerosos são patológicos.

Fora do Brasil, nota-se uma certa regularidade de casos, a partir de 1940 até hoje. No Brasil, eles começam apenas a partir de 1960. A título de informação, citamos aqueles casos que obtiveram alguma repercussão, com grande número de devotes e admiradores, primeiramente em outros países:

1. 1940-1946: em Marienfeld, Alemanha, Nossa Senhora teria se revelado a uma jovem a ela consagrada, de nome Bárbara.
2. 1943-1951: Nossa Senhora teria se revelado a Maria Valporte, Itália.
3. 1945-1959: em Amsterdam, Holanda, fala-se de 60 aparições e mensagens de Nossa Senhora de Todos os Povos.
4. 1947-1974: Pierina teria visto Nossa Senhora, Rosa Mística, e recebido mensagens dela, em Montechiari, Itália.
5. 1961-1965: quatro meninas teriam visto, mais de 2 mil vezes, Nossa Senhora e recebido mensagens dela, em Garabandal, Espanha.
6. 1961-1970: Rosa Quatrini teria tido aparições de Nossa Senhora das Rosas e recebido mensagens, em San Damiano, Itália.
7. 1969: uma religiosa teria recebido revelações de Nossa Senhora, em Modero, México.
8. 1973-1981: uma imagem de Nossa Senhora sangra, fala, chora e cura, no Japão.
9. 1974-1987: Elena Lombardi, filha espiritual de Frei Pio, recebe revelações interiores de Nossa Senhora, em Roma.

10. 1980: Jesus e Maria teriam se revelado a uma senhora de nome Gema, também em Roma.
11. 1980: Nossa Senhora teria aparecido a Luz Amparo, em Escorial, Espanha.
12. 1980: um sacristão, de nome Bernardo, recebe uma visão de Nossa Senhora, acompanhada de eclipse do Sol, em Cuapa, Nicarágua.
13. 1981 em diante: Nossa Senhora estaria aparecendo a seis jovens, em Medjugorje, Iugoslávia.
14. 1983: um grupo de oração “Emanuel” diz ter presenciado o fato extraordinário da hóstia verter sangue, em Verona, Itália.
15. 1983: uma imagem de plástico, de Nossa Senhora, Rosa Mística, verte lágrimas, em Maasmechelen, Bélgica.
16. 1983: o grupo “Os Amigos de Getsêmani” teria visto o rosto de Cristo numa foto da hóstia, com raios de luz, em Colma di Valduggia, Itália.
17. 1984: 15 religiosas, um diácono e um padre se dizem testemunhas da imagem de Nossa Senhora, Rosa Mística, que vertia lágrimas, em Chicago, Estados Unidos.
18. 1973 em diante: Pe. Stefano Gobbi estaria recebendo revelações de Nossa Senhora, na Itália.

No *Brasil*, esses fenômenos começam a se intensificar, a partir de 1960. Entre muitos, citamos alguns casos mais conhecidos:

1. 1960 em diante: em Erechim, Rio Grande do Sul, Nossa Senhora da Santa Cruz estaria se manifestando a Dona Dorotéia.
2. 1967-1977: Nossa Senhora da Natividade teria aparecido ao Dr. Fausto Faria, em Natividade, Rio de Janeiro.

3. 1975 em diante: a imagem de Nossa Senhora do Senhor Morto estaria sangrando e transmitindo mensagens a Dona Hermínia Morais de Souza, em Itu, São Paulo.
4. 1987-1988: Alfredo Moreira teria visto Nossa Senhora da Obediência e dela recebido mensagens, em Congonhal, Minas Gerais.
5. 1988: um grupo de crianças estaria vendo Nossa Senhora e recebendo dela mensagens, em Taquari, Rio Grande do Sul.

Além desses, citam-se, no Brasil, muitos outros relatos de fatos extraordinários, como o de Dona Edelmira de Paiva Nunes: o forro de sua casa desabou, deixando intacta a imagem de Nossa Senhora; vários romeiros teriam visto a imagem de Nossa Senhora da Penha lacrimejar, no Rio, 1984; a Igreja de Nossa Senhora, Rosa Mística, em Juiz de Fora, teria vertido água; o altar de Nossa Senhora, Rosa Mística, em Jacarezinho, no Paraná, também teria vertido água, em 1987; o mesmo teria acontecido em Oliveira Fortes, Minas Gerais, com três quaresmeiras.

O elenco dos casos certamente não terminou. Mas o que permanece é a questão pastoral. Diante disso, muitos fiéis ficam perplexos e perguntam: O que significa isso para nossa vida cristã? O que diz a Igreja sobre isso?

Antes de dar uma resposta, conviria fazer uma reflexão sobre a experiência da fé cristã, no seguimento de Cristo. Trata-se de situar esse fenômeno não simplesmente fora dessa experiência, mas dentro da eterna busca de ligar Céu e Terra, fé e vida, o sagrado e o profano, como um caminho para os “dons mais altos”, conforme a exortação de Paulo à Comunidade de Corinto: “aspirai aos dons mais altos”. Esse dom mais alto é a perfeição da caridade, sem a qual não há vida cristã (cf. 1Cor 13).

CAPÍTULO III

A EXPERIÊNCIA CRISTÃ

Aparições e revelações, no contexto da tradição judeu-cristã, no têm sentido por si mesmas. O sentido vem de sua ligação com o plano salvífico de Deus. Portanto, para escapar de uma visão subjetiva da questão é fundamental ver esses fatos à luz da *Revelação normativa* e da Tradição da fé. Os acontecimentos salvíficos não têm explicação suficiente nos limites da razão histórica.

Deus revela-se ao homem por mediações da criação e da História. Essas mediações fazem parte do diálogo salvífico entre Deus e o homem. Por sua natureza dialógica, esse encontro pertence, ao mesmo tempo, ao agir salvífico de Deus e ao agir histórico do homem. Enquanto pertence à História, ele deve continuamente estar sob a vigilância crítica, para não permitir desvios e enganos. Por isso, a história da Revelação foi sempre uma luta contínua tanto contra falsos deuses quanto contra falsos profetas. Ele vai purificando o povo de Deus, mediante a destruição das falsas compreensões do Deus vivo e verdadeiro.

Fatos extraordinários, reais ou pretensos, como os que enumeramos acima, devem ser confrontados com os acontecimentos fundantes da fé, com a Tradição e com a vida cristã “normal”, para separar o joio do trigo, os casos patológicos dos que realmente provêm do influxo do Espírito de Deus.

Encontramos, na Escritura, interpretações de fatos dessa natureza, que podem servir de modelo ou paradigma na interpretação e no discernimento dos fatos de hoje. E mais do que evidente que, do ponto de vista da revelação, não podem ser

colocados lado a lado. Todavia, do ponto de vista histórico, da experiência religiosa, como fenômenos acontecidos na história humana, no horizonte da visão cristã do mundo, distinguem-se apenas pelo momento histórico e pelo quadro sociocultural onde aconteceram.

1. O caminho do Filho de Deus

A carta aos Hebreus oferece-nos uma síntese do diálogo salvífico entre Deus e os homens, culminando em Jesus Cristo, revelação pessoal de Deus: “Muitas vezes e de diversos modos falou Deus, outrora, aos Pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e pelo qual fez os séculos. É ele o resplendor de sua glória e a expressão de seu ser; sustenta o universo com o poder de sua palavra; e depois de ter realizado a purificação dos pecados, sentou-se nas alturas a direita da Majestade, tão superior aos anjos quanto o nome que herdou excede o deles” (Hb 1,1-4).

Segundo o *relato* de Lucas, nos Evangelhos da Infância, o caminho do Filho de Deus inicia-se com manifestações extraordinárias da vontade de Deus, primeiro a Zacarias: “apareceu-lhe o Anjo do Senhor” (Lc 1,11). Seis meses depois foi a vez de Maria de Nazaré: “o anjo Gabriel foi enviado por Deus” a uma virgem de nome Maria (cf. Lc 1,26-27).

Ambos os relatos seguem o esquema do “anúncio” do Antigo Testamento e pertencem ao gênero literário “midrash”: o escritor sagrado constrói o seu relato fazendo contínua referência aos textos do Antigo Testamento. Dele tira a explicação mais profunda. O que está acontecendo não é simplesmente dos homens. Pertence ao grande desígnio salvífico de Deus sobre o mundo. Quem está sendo anunciado é o próprio Filho de Deus,

ele vem do Alto. Deste modo, a atenção não deve desviar-se para o modo como esse anúncio acontece. O importante é o que se anuncia, o seu conteúdo transcendente, trata-se da Encarnação do Verbo. Aqui o centro já não é mais a Lei, mas Jesus Cristo. De fato, nos relatos midráshicos do Novo Testamento Jesus Cristo substitui a Torá.

Na narração dos acontecimentos salvíficos, os evangelhos seguem uma via retrospectiva. Os relatos acima são pós-pascuais. Eles partem do mistério pascal e, com sua luz, iluminam os acontecimentos que relatam, para descobrir o mistério que neles se esconde. Veem o nascimento de Jesus à luz da Ressurreição. Essa visão não falsifica, muito ao contrário, dá, aos acontecimentos, desde o seu início, aquela profundidade antes velada à nossa visão muito humana. Eles devem ser lidos à luz da fé pascal.

Como se pode ver, a Escritura não especula sobre detalhes. Vai logo ao fundamental. A própria estrutura do relato mostra isso. Saber em detalhes como se deu exatamente a “aparição” do anjo a Zacarias ou a Nossa Senhora é de somenos importância. O fundamental é que a Virgem Maria recebeu a boa notícia da ação do Espírito Santo nela, e livremente se dispôs a colaborar. Como diz o Concílio Vaticano II: “Pela sua fé e obediência, gerou, na Terra, o próprio Filho de Deus Pai, sem ter conhecido varão, por obra e graça do Espírito Santo” (LG, n. 63).

Não é o “maravilhoso” que prevalece, mas a simplicidade e a discrição; a abertura na fé ao mistério do Deus vivo e a escuta de sua santa vontade. O que quebra a “normalidade” da história humana, nestes acontecimentos, não é o modo como acontecem, mas a própria intervenção salvífica de Deus. Esta é a Boa-Notícia.

O caminho do Filho de Deus, iniciado no discreto anúncio do anjo Gabriel a Virgem Maria, consumou-se na Cruz, expressão suprema de sua entrega de amor, de seu despojamento.

Como ensina a carta aos Hebreus: “Embora fosse Filho, aprendeu, contudo, a obediência pelo sofrimento” (Hb 5,8). O significado pleno da Cruz é dado pela Ressurreição. O caminho de Jesus até a Cruz é plenamente aceito e aprovado pelo Pai. O Filho é recebido na Glória. Esse acontecimento constitui o ápice da revelação de Deus. Por isso, “não há, debaixo do céu, outro nome dado aos homens, pelo qual devamos ser salvos” (At 4,12).

A repercussão desse acontecimento não se deu por obra humana. Aqui, também, entra a mão de Deus. Os relatos das aparições pós-pascais do Ressuscitado nos dão notícia (cf. Mc 16; Mt 28; Lc 24; Jo 20-21). Segundo a exegese mais conceituada, esses relatos têm a função de fazer a ligação entre a vida terrena de Jesus, consumada na Cruz, que os discípulos conheceram, e sua condição gloriosa, à direita de Deus Pai. Essa ligação não é natural. E só para quem vê na fé.

Os discípulos não tinham compreendido a Cruz. Ficaram por ela amedrontados. Fugiram. A pregação pós-pascal não é iniciativa deles, mas de Deus em Jesus Cristo. Aqui, de novo, reafirma-se a iniciativa de Deus para retomar o ministério de Jesus. A iniciativa da ação não dos discípulos. E Jesus que “se deixa ver” (o grego utiliza a forma “*ophte*”) (cf. 1Cor 15,5).

Essas aparições pós-pascais não visam à mera ilustração dos discípulos. São essencialmente relatos de vocação e de missão. O ministério de Jesus agora está nas mãos dos discípulos. Eles são, agora, responsáveis pela pregação do Reino de Deus. O encontro pós-pascal e a experiência do Ressuscitado devem produzir frutos.

Os relatos dessa experiência pascal dos discípulos pertencem à Revelação normativa. São modelares pela sua sobriedade e pela forma como se orientam para o fundamental, o plano salvífico de Deus em Jesus Cristo.

O Novo Testamento fala, também, de outras aparições e revelações. Já citamos o caso de Estêvão, Saulo na estrada de Damasco, Pedro. Todos estão na mesma direção. Em sua maioria, os relatos em que se ressaltava o “maravilhoso”, o “taumátúrgico” e o “espetacular” ficaram para os assim chamados apócrifos. Isso vem mostrar que a Tradição bem cedo encontrou o critério fundamental para discernir, na variedade dos relatos, aqueles que preservaram a clara e nítida relação com o núcleo central da Revelação, Jesus Cristo. A palha foi logo peneirada.

Portanto, Jesus Cristo, plenitude da Revelação divina, é o paradigma e o critério para a avaliação de qualquer outra revelação. Aparições e revelações particulares não podem estar em contradição com a Revelação normativa. Neste caso, vale a admoestação de Paulo: “Eu vos lembro, irmãos, o Evangelho que vos preguei e que tendes acolhido, no qual estais firmes. Por ele, sereis salvos, se o conservardes como vo-lo preguei. De outra forma, em vão teríeis abraçado a fé. Eu vos transmiti, primeiramente, o que eu mesmo havia recebido” (1Cor 15,1-3).

Contra os que semeiam discórdias, pregando um outro evangelho, o mesmo Paulo lembra: “Ainda que alguém — nós ou um anjo baixado do céu vos anunciasse um Evangelho diferente do que vos temos anunciado, que ele seja anátema. Repito aqui o que acabamos de dizer: se alguém pregar doutrina diferente da que recebestes, seja excomungado” (Gl 1,8-9).

Nosso próximo passo visa fazer a ligação da experiência dos dons extraordinários com o seguimento de Cristo.

2. O seguimento de Jesus Cristo

“Vem e segue-me”. Os primeiros discípulos Jesus acolheram esse convite, partilharam de sua vida, foram testemunhas de sua pregação e dos *sinais* que ele fez, de sua Paixão, Morte

e Ressurreição. Essa experiência marcou, de tal forma, sua maneira de ser e de agir, que se tomou modelar para todos nós. Ela está definitivamente associada a própria experiência humana do Filho de Deus. Por isso mesmo, o Novo Testamento é, indissociavelmente, Palavra de Deus e palavra da Igreja, fala do caminho de Jesus, falando do seu seguimento, e vice-versa.

Jesus Cristo continua presente, no mundo, por muitas mediações, primeiramente e de modo privilegiado, na Igreja constituída na força do Espírito, coma “sacramento”, “sinal e instrumento” (cf. LG, n. 1) do desígnio salvífico de Deus, revelado em Cristo, depois, no próximo, especialmente o pobre e o pequeno; na Palavra e nos sacramentos; onde dois ou mais estiverem reunidos em seu nome (cf. Mt 18,20); na profecia; nas obras de justiça e caridade (cf. Mt 25); enfim, em tudo o que expressa a *santidade* como testemunho radical do Evangelho no mundo a ser salvo.

2.1. Os santos

Os santos são a realização exemplar do seguimento de Cristo, concretizado numa situação e num ambiente histórico. São aqueles que fizeram uma profunda experiência de Deus, seguindo o caminho de Jesus Cristo. Por isso mesmo, são o testemunho mais eficaz do Evangelho. A convicção da Igreja é que a santidade de vida representa a forma mais radical e penetrante de evangelização.

A comunidade cristã sempre manifestou muito apreço àqueles que, fiéis a Cristo, o testemunharam até a morte. No contexto da *Comunhão dos Santos*, não se pode imaginar um cristianismo reduzido á mera doutrina, a uma mensagem ou á sua realização terrestre. Ele é vivido numa profunda comunhão que deriva da comunhão trinitária, além das fronteiras da História. Essa comunhão é, também, comunhão com os que vivem “em Cristo”, junto do Pai.

A Igreja apresenta esses nossos irmãos na fé como modelos mais próximos de seguimento de Cristo. Ela os “canoniza”, os propõe a nossa veneração. O *culto* aos santos (com maior razão, à Virgem Maria) faz parte do próprio culto devido a Deus. E uma maneira de chegar a Deus. Nos santos, contemplamos a obra e as maravilhas divinas. A devoção aos santos não nos deve afastar de Deus. Ao contrário, são sinais da ação salvífica de Deus, que nos aproximam dele, na História.

Portanto, a Igreja venera os seus santos não como obra própria, mas como obra de Deus, como ação da graça no mundo e resultado palpável da própria obra de evangelização. Essa é a glória da Igreja. Salvos pela graça de Cristo, eles vivem junto de Deus. Por isso, a Igreja não venera mortos, mas pessoas vivas “em Cristo”, no mistério de comunhão divina que supera todos os limites humanos.

2.2. A Virgem Maria

O lugar que Maria ocupa na Igreja, segundo o Concílio é, “depois de Cristo, o mais alto e o mais perto de nós” (LG, n. 54; Paulo VI, *Marialis Cultus*, 28). Ela é, por um lado, a “Mãe do Redentor”, associada ao mistério de Cristo; por outro lado, ela é a perfeita seguidora de seu Filho na fé, está no centro da Igreja, que está a caminho (cf. João Paulo II, *Redemptoris Mater*, 1).

São mais do que conhecidas as passagens do Novo Testamento em que Maria aparece associada ao mistério de Cristo e da Igreja, a Anunciação (cf. Lc 1,27s), as Bodas do Caná (cf. Jo 2,1-5), ao pé da Cruz (cf. Jo 19,26), no Cenáculo com os discípulos (At 1,14) e outras passagens dos sinóticos, mais ligadas ao ministério de Jesus (cf. Mc 3,31-35; Mt 12,46-50; Lc 8,19-21; Mc 6,3; Mt 13,55; Lc 11,27-28). Todas elas indicam uma presença sóbria e discreta de Maria, essencialmente ligada ao mistério de Cristo.

No decorrer da História, a Tradição da Igreja, pela fé dos fiéis e pela explicitação da Teologia e do Magistério, foi compreendendo cada vez mais o mistério dessa relação profunda. No contexto das controvérsias cristológicas dos primeiros séculos, esclareceu-se sua relação com Cristo e, por ele, com Deus: ela é “Theotokos”, ou seja, Mãe de Deus, porque Mãe do Verbo Encarnado (Concílio de Éfeso, 431). Com o tempo, a consciência da fé vai se explicitando nos dogmas marianos: Virgindade Perpétua, Imaculada Conceição, Assunção ao céu em corpo e alma.

Ao lado disso, podemos descobrir, também, uma história da devoção mariana. Nesse capítulo, a Idade Média pode considerar-se como um grande “laboratório” da devoção a “Nossa Senhora”. Bernardo de Claraval põe Maria ao pé da Cruz, e começa a descobrir a participação dela na salvação do mundo. Mais tarde, difunde-se a récita do Rosário. Na Idade Média, começa, também, a valorização do feminino em Maria. Vai ser cantada pelos trovadores.

Os séculos, que se seguiram, já encontram não mais uma cristandade em seu apogeu, mas uma cristandade ameaçada, internamente, pela ruptura da unidade entre protestantes e católicos; externamente, pela pressão dos turcos que avançam. Lepanto (1571) e Viena (1683) são vitórias atribuídas à proteção de Maria Santíssima.

A partir do século XVIII, com a revolução francesa, a Igreja Católica enfrenta dificuldades crescentes. Os séculos XIX e XX parecem ser, para a Igreja, particularmente difíceis. O mundo moderno, liberal e capitalista, desponta com sua pujança e, ao mesmo tempo, com a arrogância da razão técnica e científica. São séculos de revoluções sociais, que repercutem, cada vez mais, devido, inclusive, a expansão crescente dos meios de comunicação social.

E, também, nessa época, marcada por um clima de exaltação mariana, que acontecem as mais conhecidas aparições de Nossa Senhora. Foi nessa época que o devocionismo mariano fez esquecer, não raras vezes, a centralidade do mistério de Cristo e alimentou a tendência de isolar Maria da Igreja, mesmo contra a vontade de muitos de seus propugnadores.

O Concílio Vaticano II tomou outro caminho. Por um lado, situou a Virgem Maria dentro do mistério cristão, que une indissociavelmente Cristo e a Igreja. Por outro, ligando a Virgem Maria à própria missão messiânica do Filho, expressa a raiz de sua ligação com toda a humanidade a ser salva. Ressalta, assim, sua maternidade espiritual em relação a nós. Por isso mesmo, ela é tipo e modelo da Igreja.

Na etapa pós-conciliar, temos dois documentos preciosos do magistério da Igreja. Paulo VI aprofunda a doutrina do Concílio, especialmente em relação ao culto mariano (*Marialis Cultus*), ou seja, o lugar de Maria na vida da Igreja. João Paulo II aprofunda a mesma doutrina do Concílio, especialmente no que toca à relação de Maria com o mistério da Redenção (*Redemptoris Mater*).

2.3. A fraqueza humana e o mal no mundo

Fenômenos sobrenaturais acontecem na mediação de acontecimentos históricos. Estes são submetidos, normalmente, à *ambiguidade* que reveste a própria história humana, sujeita a interpretações várias, conforme a cultura, a mentalidade, a tradição religiosa, enfim, a própria consciência histórica. A obra de Deus, no mundo, passa por dentro da mesma trama da história humana, eleva-a e a purifica.

O Evangelho explicita isso, de maneira exemplar, na parábola do joio e do trigo: “O Reino dos Céus semelhante a um

homem que semeou a boa semente no seu campo. Enquanto todos dormiam, veio o seu inimigo e semeou o joio no meio do trigo e foi-se embora” (Mt 13,24-25). Há, pois, um inimigo que planta o mal na seara de Deus: é o Maligno (cf. Mt 13,18ss).

Já advertia o Apóstolo Pedro: “Sede sábios e vigiai. Vosso adversário, o demônio, anda ao redor de vós, como o leão que ruge, buscando a quem devorar. Resisti-lhe, fortes na fé” (1Pd 5,8s). Na condição de peregrino, o cristão está sempre submetido não só à fraqueza e aos limites da condição humana enquanto criatura finita, mas também às investidas do mal, enquanto criatura sujeita à vontade de autoafirmação, ao orgulho da carne, aos influxos do Maligno.

Daí a importância do *discernimento* dos espíritos, que Paulo coloca entre os dons do Espírito Santo (cf. 1Cor 12,10). Ele mostra, deste modo, que não é fácil, nem obra puramente humana, distinguir acuradamente entre o que procede de Deus e o que procede das limitações da natureza humana doente, ou do Maligno.

Muitos, que se julgam carismáticos, são, na verdade, mániacos ou mesmo psicicamente desequilibrados. Em muitos casos, é fácil perceber. Mas há casos que confundem até pessoas sensatas. Entre os casos evidentemente patológicos e a manifestação clara da presença de Deus há um vasto campo, aberto ao discernimento. “É nisto que se conhece quais são os filhos de Deus e quais os do demônio: todo o que não pratica a justiça, não é de Deus, como também aquele que não ama o seu irmão” (1Jo 3,10).

Ora, diante disso, é fundamental proceder a uma análise mais acurada do fenômeno das aparições. O que fazemos a seguir.

CAPÍTULO IV

A ANÁLISE DO FENÔMENO

O processo de discernimento deve ter em conta a *análise do fenômeno*: 1. como fato em si; 2. enquanto mensagem, e 3. em seu contexto, onde o fenômeno repercute e adquire um significado novo.

Um tal significado não vem simplesmente das aparições como fenômeno social, político, econômico ou cultural, mas enquanto fenômeno especificamente religioso, vivido na fé. Isso não vem negar que esse fenômeno religioso, enquanto humano, adquire, também, um significado social, político, econômico e cultural.³

1. O fato

Nas aparições, é preciso estabelecer, com clareza, a distinção entre a visão comum, obtida pelos olhos, e a visão do fenômeno especial. Nesta, não se trata de algo físico, que aparece diante do vidente e que, eventualmente, possa ser fotografado ou filmado. Somente os “videntes” percebem. Há, mesmo, pessoas sugestionáveis que afirmam, categoricamente, que o que viram, são visões interiores, que se projetam como se fossem exteriores.

Em Fátima, só os três pastorinhos viram Nossa Senhora sobre a azinheira. Em 13 de outubro de 1917, na última aparição, uma grande multidão estava na expectativa de ver o fenômeno.

³ Cf. Eliade M., *Tratado de Historia de las Religions* I, 17ss.

Os videntes entraram em êxtase, viram Nossa Senhora. Mas a multidão não viu, nem as máquinas fotográficas registraram coisa alguma. As aparições, mesmo autênticas, não são objetivas, algo físico que possa ser registrado cientificamente e ser transmitido. São fenômenos de outra índole. Elas são objetivas, no sentido e na medida em que geram, no cerne da pessoa, uma experiência de fé, cuja expressão é a acolhida de uma vocação e de uma missão a que o vidente deve responder.

Para quem crê, Deus sempre pode manifestar-se à sua criatura, através das mais variadas mediações. Acolher e vivenciar essa comunicação de Deus faz parte da experiência da fé. Não se pode, pois, excluir, *a priori*, que tais experiências se façam de maneiras, por nós, consideradas extraordinárias, que não pertencem à normalidade da vida cristã.

Determinar a autenticidade desses fenômenos constitui um desafio. Cientistas, como Freud, abriram novos caminhos para a compreensão do vasto continente interior que é o subconsciente e do inconsciente, onde as percepções extrassensoriais podem situar-se. Elas precisam de estímulos para emergirem no consciente. Para alguns, é o pêndulo, para outros, a bola de cristal, as cartas, a leitura das mãos. Para muitos, ainda, uma situação existencial extrema e excepcional ou o próprio clima cultural e religioso em que vivem.

Nesse assunto não se pode esquecer de que existem pessoas de equilíbrio psicológico frágil, que funcionam como “videntes” espontâneos. Há os que sofrem de dissociação da personalidade, por automatismos incontrolláveis do inconsciente. Essas pessoas dão, como real, o que passa do inconsciente para o consciente.

A distinção entre fenômeno natural e sobrenatural não se situa nos mecanismos psicossociais, no contexto dos quais é percebido, mas na provocação que representa o seu conteúdo mais profundo.

Normalmente, fenômenos naturais acontecem como solução de conflitos latentes ou não, de natureza pessoal ou social, de tensões psíquicas. Os fenômenos de natureza sobrenatural, por seu lado, são, em geral, expressões de uma experiência mística no próprio cerne da pessoa. Seu conteúdo devolve à pessoa uma realidade que transcende a própria vida psíquica do vidente.⁴ Noutras palavras, o importante não é a aparição ou revelação, mas o que ela significa.

Antes, pois, de recorrer a explicações de ordem sobrenatural, é fundamental buscar explicações naturais. As ciências humanas são, para isso um bom auxílio. Elas, porém, não explicam tudo. São um instrumento para o discernimento que cabe à Igreja exercer, a partir da fé.

2. A mensagem

Um segundo elemento para compreender o fenômeno é a mensagem que, normalmente, cada aparição ou revelação particular traz. Uma vez recebida, essa mensagem é transmitida em linguagem humana. Deve, portanto, ser interpretada de acordo com critérios da linguagem humana.

Nesse ponto é importante verificar quem recebe a mensagem e em que meio cultural se produz a transmissão. Em Fátima, por exemplo, foram crianças, em idade escolar e pré-escolar. A mensagem chega numa linguagem infantil, do jeito como crianças a podem entender e passar adiante. Prevalece a imaginação. Pessoas de cultura tradicional vão, utilizar uma linguagem no mesmo plano.

Uma rápida análise da maioria das mensagens emitidas, especialmente em certas pretensas aparições, mostra-nos que, em geral, seguem uma estrutura básica de quatro elementos:

⁴ Cf. Monden L. Erscheinungen. LThK 3, 1049-50.

- a) Elas revelam uma *visão apocalíptica* da sociedade, do mundo e da Igreja. Pintam um quadro catastrófico de decadência religiosa, moral e social, semelhante às das épocas do dilúvio, da Torre de Babel, de Sodoma e Gomorra, de Nínive.
- b) Segue a ameaça de *castigos* iminentes sobre a humanidade, caso os homens perseverem no mal: “Preparem-se, porque a hora do terrível castigo chegou”. “O cálice transborda, e não há mais tempo!”
- c) Depois, vem o apelo para a *conversão*, tentando demover do mau caminho e conclamando para um movimento universal de renovação.
- d) Por fim, há a indicação dos *meios* e caminhos alternativos para a restauração universal. Esses meios são comumente, evitar o pecado, a vaidade, o excesso de riqueza e as diversões mundanas. Recomendam a penitência, o jejum e sacrifício, a frequência aos sacramentos, a oração com o terço, a jaculatória, as visitas ao Santíssimo, devoções, consagração a Nossa Senhora.

Aqui, também, fica a dúvida, até onde tais mensagens são realmente autênticas manifestações de Deus no mundo, e até onde elas espelham o quadro cultural e religioso dentro do qual as pessoas recebem as mensagens. No discernimento, não se pode deixar de analisar o momento histórico, seus condicionamentos e as expectativas nele geradas.

3. O contexto

Não se pode, portanto, negligenciar a análise das condições históricas no contexto das quais os fenômenos acontecem. Que fatores, tanto no Leste como no Oeste, tanto no Norte quanto

no Sul, mais influenciam no seu aparecimento no mundo de hoje? Por que estão repercutindo tanto no Brasil, e em especial, a partir certa data? A seguir, tentamos identificar alguns fatores que compõem o quadro de tais fenômenos:

- a) Os estudiosos, em geral, estão de acordo em afirmar que, atualmente, estamos vivendo uma situação de crise epocal. Podem até divergir na explicação. Mas, fala-se em fim de uma era, de uma civilização. A insegurança da transição para outra era provoca um trauma. Tem-se a sensação de que o mundo está acabando. Isso não é novo. O “avanço dos bárbaros” e a queda do Império Romano provocou a sensação de fim do mundo. Agostinho, no entanto, interpretando a passagem à luz da teologia da história e do mundo, num horizonte mais amplo do que a visão humana alcança, leu, nas entrelinhas do processo histórico, o advento de uma outra época, uma nova civilização. Essa é a tese do seu tratado sobre “A cidade de Deus” (*De Civitate Dei*).

A literatura mundial está repleta de pessimismo e desespero. Diante disso, muitas pessoas se refugiam na religião como última tábua de salvação. Pululam os messianismos e os apelos patéticos ao transcendente. Normalmente, esse é um clima propício ao surgimento de mensagens radicais, que logo repercutem na opinião pública e viram atração popular. Despertam sempre uma esperança, verdadeira ou falsa.

- b) Observa-se, além disso, um clima de busca do “maravilhoso”, do “extraordinário”, por parte, principalmente, de grupos ditos “entusiastas”. Cultiva-se uma expectativa de experiências de carismas extraordinários e um universo próprio de experiências psicológicas e

simbólicas que, de fato, predis põem as pessoas a esperar por fenômenos espetaculares. Esses grupos — especialmente pentecostais ou semelhantes — enfatizam a manifestação sensível do Espírito Santo e transmitem, no mais das vezes, uma visão pessimista do mundo de hoje e da Igreja, como forma de reação frente ao desenvolvimento das sociedades, sobretudo ocidentais e frente à instabilidade institucional e doutrinal das Igrejas tradicionais.

- c) A essa busca do maravilhoso, que hoje, no mais das vezes, provém dos vários movimentos pentecostais, acrescenta-se, no Brasil, a crença difundida na ação dos espíritos e no encontro com eles, nossa cultura transpira o fenômeno da mediunidade, por toda parte. Os meios de comunicação social trabalham o imaginário social e popular, ampliando o alcance de tais fenômenos.
- d) Além disso, não se pode descartar, hoje, a possibilidade real de se “produzir” fenômenos psicossociais ou de utilizar-se deles, de forma sensacionalista, para obter resultados que interessam aos donos do poder. Basta lembrar, apenas para registro, o uso que regimes totalitários fazem, em nossos dias, dos poderosos meios de comunicação de massa.
- e) A situação de desesperança da maioria da nossa população, impotente diante dos privilégios escandalosos de uma minoria ávida de poder e de riqueza, é outro ponto. A situação é tal, que aos deserdados não se permite outra saída que a religiosa: “Não há outro jeito senão apelar ao Santo”. É uma forma, mesmo inconsciente, de resistência, que o povo, aqui e ali, desenvolve para poder sobreviver na extrema adversidade.

- f) Olhando sob outro ponto de vista, pode-se dizer que, por um lado, a devoção mariana popular desenvolveu-se como forma alternativa de manifestação religiosa relativamente autônoma em relação à hierarquia e suas expressões litúrgicas. Nela, o povo cristão encontra-se a si mesmo na experiência do sagrado e foge, de certa forma, dos condicionamentos do poder. Nossa Senhora não precisa de canonizações e pertence mais ao povo do que às instituições eclesíásticas.⁵

Por outro lado, essa mesma devoção mariana desenvolveu-se, dentro da Igreja Católica, em muitos casos, como caminho autônomo e paralelo para Deus, esquecendo a centralidade do mistério cristológico. É evidente que isso não se deve, imediatamente, aos dogmas mariológicos, mas a difusão de devoções marianas, isoladas de sua íntima ligação com o mistério central da fé. O Concílio Vaticano II, a propósito, chama a atenção para os desvios e convida a colocar Jesus Cristo, único mediador entre Deus e os homens, no centro de toda busca religiosa, na Igreja.

4. A função crítico profética da Igreja

É função da Igreja acompanhar, discernir e orientar os fiéis sobre assuntos tão importantes. Essa função decorre de sua ligação fundante com a Revelação divina e, em especial, com seu centro, Jesus Cristo. Em virtude de sua promessa, ele estará presente em sua Igreja, pelo poder do Espírito, “até o fim dos séculos”: na Palavra, na graça divina, nos sacramentos e na vida cristã, no mundo.

⁵ Cf. Gracco G. *Tra Santi e Santuari*. em: Delumeau J. (org.). *Storia Vissuta del Popolo Cristiano*, SEI, Torino, 1985, 2ª. ed. 249-272, especialmente pp. 268-270.

Por essa sua especial relação com a Revelação divina, a Igreja deve ser diligentemente precavida, quanto a aparições e revelações particulares, de onde quer que venham. Essa convicção vem do fato de que a Revelação *normativa*, que constitui o objeto da fé católica, aconteceu de forma definitiva em Jesus Cristo e se encerrou com a morte do último apóstolo. Não há nada mais a acrescentar.

O significado das aparições e revelações particulares vem de outro aspecto da vida eclesial, elas têm sentido para a vida carismática da Igreja. De fato, a Igreja não se reduz apenas à sua dimensão institucional. Esses fenômenos adquirem importância para a ação da Igreja, em determinada situação histórica, onde as decisões sobre o que se deve ou não fazer não podem ser deduzidas só de princípios gerais, como também da análise da situação.

Ora, a situação está no domínio daquela ambiguidade que caracteriza a história humana. Há sempre o perigo de falsas interpretações, de falsos profetas e da criação de falsos ídolos. Neste sentido, o critério de autenticidade dessas aparições não é a *repercussão* social do evento, mas o seu conteúdo, enquanto em consonância com a Revelação normativa, lida e interpretada na comunidade eclesial, em harmonia com a Tradição e o Magistério da Igreja.

Todo acontecimento ressoa na sociedade, tem repercussão social. Isso faz parte do próprio acontecer. Essa repercussão não produz, por si mesma, a verdade. A opinião pública, por si, não pode ser constituída em critério de verdade, sem referência a valores transcendentais. A verdade é de outra ordem, vem de quem se manifesta, no acontecimento, e do seu conteúdo.

Sob este aspecto, não se pode apelar, facilmente, ao fato de que é pelos frutos que se conhece a árvore. Se os resultados são

bons, verdadeira deve ser sua causa. Aparições, em si mesmas duvidosas, podem dar ocasião a reais processos de conversão e de seguimento de Cristo. Neste caso, as aparições, reais ou pretensas, apenas ocasião. A verdadeira causa continua sendo a graça divina que atua até mesmo na fragilidade das mediações humanas.

Se a repercussão social não cria a verdade das aparições e revelações particulares, pode criar uma *realidade eclesial e pastoral*. Sendo ou não autênticas, há uma dimensão pastoral que a Igreja e seu magistério não podem desconhecer. Fica, então, a pergunta: O que fazer entre a missão de preservar o “depósito” da fé e a realidade pastoral que se cria ao redor dessas aparições e revelações particulares?

CAPÍTULO V

CRITÉRIOS DE DISCERNIMENTO

Analisando o fenômeno tal como fizemos até agora, percebemos a urgente necessidade de um discernimento, que exige critérios fundamentados na prudência, na Tradição da Igreja sobre a questão e, sobretudo, na palavra da Revelação normativa e do Magistério da Igreja. Aqui entra a abertura de mente e de coração à vontade de Deus, bem como a capacidade de escuta, tanto dos fiéis quanto dos pastores. Todos estamos submetidos ao juízo dessa Palavra libertadora que nos vem de Deus, em Jesus Cristo, pela força do Espírito.

1. A prudência

Na avaliação da autenticidade e da repercussão de aparições e revelações particulares, cabe a norma mais fundamental da prudência, não começar pelo veredicto. A decisão deve ser fruto do processo do discernimento. Já Gamaliel advertia o Sinédrio a respeito de alguns fatos, fora da normalidade, da religião bíblica tradicional, provocados pelos seguidores de Jesus: “Não vos metais com estes homens. Deixai-os! Se o seu projeto ou sua obra provêm dos homens, por si mesma se destruirá; mas se provier de Deus, não podereis desfazê-la. Vós vos arriscaríeis a entrar em luta contra o próprio Deus” (At 5, 38s).

Antes de apresentarmos os clássicos critérios de discernimento de Bento XIV, lembramos, entre outras, algumas normas de prudência:

- a) Aparições e revelações não se presumem. Uma vez acontecidas, devem ser devidamente comprovadas;

- b) Não se deve recorrer facilmente a explicações sobrenaturais, quando há explicações por causas naturais ou paranormais;
- c) Em casos concretos, é sempre possível o engano. O ser humano é frágil. Pode sofrer alucinações, ilusões, obsessão, sugestões coletivas...

Nesse juízo, além de se examinar a autenticidade do fato e o seu conteúdo, deve-se prestar atenção ao processo de transmissão da mensagem. Entre a recepção da mensagem e sua transmissão há, normalmente, uma defasagem entre a linguagem interior, própria das aparições, e sua expressão exterior. Além disso, a distância do tempo torna difícil refazer o conteúdo original da mensagem na sua inteireza. Há muitas revelações e profecias de pessoas piedosas, mesmo de santos canonizados, não confirmadas pelo tempo.

As mensagens também sofrem a distorção que lhes advém de sua difusão no meio do povo. Esse não é um fenômeno de hoje. Já se dizia antigamente: “quem conta um conto, aumenta um ponto”. Hoje, mais do que nunca, os meios de comunicação de massa podem distorcer o significado de fenômenos tipicamente religiosos. E não é de estranhar, eles trabalham com outros critérios que não os da fé.

2. Os critérios de Bento XIV

Para avaliar esses acontecimentos, o Papa Bento XIV, já desde o século XVIII havia estabelecido normas prudenciais bem precisas.⁶ Segue uma breve síntese desses critérios:

⁶ Cf. “De Servorum Dei Beatificatione et Beatorum Canonizations”.

- a) Em primeiro lugar, deve-se examinar a pessoa do vidente, considerar sua vida, suas virtudes e sua saúde psicofísica. É possível que Nossa Senhora apareça, indistintamente, a santos e pecadores. Não se pode admitir que um pecador, depois da aparição, não mude, radicalmente, o seu modo de proceder. Uma conduta anti-evangélica desacredita a aparição. Outro ponto fundamental é a obediência à Igreja. Deve-se ressaltar, todavia, que a inabalável constância na afirmação da aparição pode ser um indício da sua veracidade. Quando o fato é verdadeiro, o vidente é ao mesmo tempo obediente, firme e humilde.

Há videntes que não gozam de boa saúde físico-psíquica. Isso provoca alucinações, crises de histeria e outras doenças psicológicas, as quais devem ser devidamente verificadas e tratadas por especialistas que conheçam o problema também do ponto de vista religioso. Em casos assim, nem sempre é fácil chegar a uma conclusão. O vidente, nesses casos, transmite a aparição com tal emoção, coerência e pormenores que chegam a levar ao engano.

- b) O *conteúdo* da aparição não pode contradizer nem à razão humana, por falso, maldoso ou imoral, nem à Revelação divina, aos dogmas e a doutrina magisterial da Igreja. Esses elementos são suficientes para dispensar ulteriores exames e considerar falsa a aparição. Tudo o que contradiz a Palavra de Deus, os ensinamentos dos Padres da Igreja, ou vai contra Deus, só pode ser considerado como fenômeno demoníaco ou como mistificação. O mesmo se diga se elas tratam de coisas inúteis, estranhas e curiosas. Nestes casos, a aparição não se apresenta com o sinal de que vem de Deus.

- c) Outro critério prático é observar a *forma* das aparições. Deus é perfeição e amor. Não se manifesta na imperfeição. Por isso, aparições não devem apresentar deformidade física ou moral, nem ser indecorosa no comportamento, no movimento do corpo ou em palavras que não sejam conformes à sua moral. Portanto, é indício de inautenticidade a deformação física ou moral da aparição ou de sua descrição.
- d) Outro critério apontado: a *finalidade* da aparição. O que vem realmente de Deus orienta-se para o aprofundamento da vida de fé a vivência do Evangelho, na busca incessante de íntima comunhão com Deus. Toda revelação ou aparição, que vem de Deus, é sempre acompanhada por um recolhimento interior, uma vivência amorosa do Evangelho, uma vida profundamente Cristã. Os efeitos devem ser a salvação, a mudança de vida, a conversão permanente tanto do vidente quanto dos que o acompanham.
- e) Os critérios apresentados até agora podem ser ainda determinantes. O critério decisivo é o *milagre*. Quando comprovado pelo juízo da Igreja, assegura a autenticidade da manifestação divina nas aparições e revelações particulares. É claro que, neste caso, o milagre deve ser ligado ao fato da aparição. Quando não se consegue eliminar as dúvidas a respeito da sobrenaturalidade do fato, deve-se continuar a investigação.

Postos esses critérios práticos, fruto da experiência milenar da Igreja no trato com a questão, resta-nos definir melhor a relação do Magistério com a Revelação normativa e com as aparições e revelações particulares.

3. Magistério, Revelação normativa e aparições ou revelações particulares

Trata-se, aqui, de definir a *competência* do Magistério da Igreja em relação a esses fenômenos, os graus de aprovação, o assentimento que se pede e o que é teologicamente discutido.

- a) Como primeira aproximação: o objeto próprio, primário e direto do Magistério é a Revelação pública.⁷

Em virtude de seu dever de proteger e de defender a fé, afirma Leão XIII, a Igreja empenha o seu magistério também naquilo que, “nas coisas humanas, é sagrado por uma razão qualquer, tudo o que é pertinente a salvação das almas e ao culto de Deus, seja por sua natureza, seja em relação ao seu fim. Tudo isso é da alçada da autoridade da Igreja”.⁸ Aparições e revelações particulares geralmente têm, em suas mensagens, um conteúdo religioso e moral, de um ou de outro modo relacionado com a fé. A autoridade da Igreja não pode ficar alheia a isso.

- b) Um segundo ponto decorre da ligação do Magistério com a Revelação normativa. Diz a *Dei Verbum*: “A economia cristã, como aliança nova e definitiva, jamais passará. E já não há que esperar nenhuma nova revelação pública, antes da gloriosa manifestação de Jesus Cristo” (4b). Por isso mesmo, o romano pontífice e os bispos “não reconhecem nenhuma nova revelação pública como pertencente ao divino depósito da fé” (LG, n. 25d).
- c) Por conseguinte, a atitude da Igreja e sua práxis neste ponto, pautam-se pelo seu dever de proteger a fé recebida e de orientar, pastoralmente, os fiéis, sem,

⁷ Cf. Denz. 3074.

⁸ Leão XIII, *Immortale Dei*, 20. Documentos Pontifícios 20, Vozes, 1960, p. 11-12.

contudo, extinguir o Espírito (cf. 1Ts 5,19s). Sobre isso é bom lembrar as recomendações de São Pio X quanto às pias tradições: “Nos juízos a emitir acerca das pias tradições, tenha-se sempre, diante dos olhos, a suma prudência de que usa a Igreja, nesta matéria, de não permitir que essas tradições sejam relatadas nos livros, sem as determinadas precauções, e com a prévia declaração prescrita por Urbano VIII. E apesar disto, ainda não se segue que a Igreja tenha o fato por verdadeiro, mas apenas não proíbe que se lhe de crédito, uma vez que, para isto, não faltem argumentos humanos”.⁹

- d) Quanto ao *assentimento*, a mesma Encíclica de Pio X cita um Decreto de 2 de maio de 1877: “Essas aparições ou revelações não foram aprovadas nem condenadas pela Santa Sé. Foram apenas aceitas como merecedoras de piedosa crença, com fé puramente humana, em vista da tradição de que gozam, também confirmada por testemunhas e documentos idôneos”. Essa posição retoma a orientação dada já por Bento XIV, como norma para o discernimento desses fenômenos à luz da fé: “A aprovação (de milagres e aparições) não é mais do que permissão de publicar, para instrução e utilidade dos fiéis, depois de maduro exame. Pois, estas revelações, assim aprovadas, ainda que não se lhes dê nem possa prestar um assentimento de fé católica, devem, contudo, ser recebidas com *fé humana*, segundo as normas da prudência, que fazem de tais revelações objeto provável e piedosamente aceitável”.¹⁰

⁹ *Encíclica Pascendi*, 57. Documentos Pontifícios 43, Vozes, 1959, 36.

¹⁰ De Servorum Dei Beatificatione, II, c. 32, 11. Cf. halic C. Apparizioni Mariane dei secoli XIX-XX. Em: Spiazzi R (dir.), *Enciclopedia Mariana “Theotokos”*, 1958, 2ª. ed. pp. 250s.

Na prática, a autoridade da Igreja não garante a verdade do fato das aparições. Contudo, não impede que se acredite nelas.

- e) Aparições e revelações particulares não exigem, portanto, adesão de fé divina ou católica, mas de “fé humana”. Empenham o vidente ou a vidente, e os que recebem seu testemunho, numa adesão piedosa. Fundamenta-se na certeza gerada por uma experiência vivida. A aprovação da Igreja não é uma afirmação infalível. É uma aprovação *permissiva*, um “*nihil obstat*”. Atesta que não estão em desacordo com a fé, os costumes e com a missão da Igreja. Trata-se de uma aprovação negativa, ou seja, é mais uma permissão do que uma aprovação.¹¹
- f) É inquestionável o poder do Magistério de pronunciar-se, definitiva e infalivelmente, sobre o *conteúdo* doutrinário de uma “mensagem”, não por causa da aparição ou revelação, mas pela sua ligação com a Revelação divina. Ele poderia empenhar a infalibilidade sobre o fato da aparição de Nossa Senhora ou mesmo de Jesus Cristo? Essa é, entre os teólogos, uma “*quaestio disputata*”. A posição mais segura é esta: deve-se manter, como princípio, que o magistério autêntico não pode obrigar a crer como verdades reveladas por Deus se não as que foram manifestadas por Revelação pública.¹²

Concluindo essa parte, “Não devemos ter receio de faltar a reverência, ao respeito ou à piedade, quando submetemos os fatos maravilhosos a uma crítica severa. A atitude oficial

¹¹ Cf. Castellano M. La Prassi Canonica circa to Apparizioni Mariane. In Spiazzi R. Enciclopedia Mariana “Theotokos”, 1958, 2a. ed., pp. 498s.

¹² Cf. DV, n. 4b e LG, n. 25c1, ja citadas.

da Igreja sempre foi extremamente exigente e crítica, nestas coisas. E as possíveis causas de engano provam a necessidade de sermos prudentes, cautelosos e reservados. Um verdadeiro milagre e uma autêntica aparição nada têm a temer. Seria, pelo contrário, mau sinal se não quisessem submeter-se de bom grado, paciente e honradamente, a um simples exame crítico. Os grandes místicos da Igreja não só não se negaram a tal exame, mas exigiram-no. Leia-se o que escreveram, por exemplo, São João da Cruz e Santa Teresa de Ávila”.¹³

¹³ Kloppenburg B. O Espiritismo no Brasil, Vozes, 1960, p. 168. Cf. São João da Cruz, *A subida do Monte Carmelo*, L. II, cap. XXII. Em anexo apresentamos os n. 5 e 6.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

Anotamos, a modo de conclusão, algumas observações de ordem prática e pastoral. Um fenômeno religioso e, no caso, cristão, tão vasto e tão enraizado na vida e na cultura do povo, como o de aparições de Nossa Senhora, deve merecer nossa atenção, pelo seu sentido eclesial e pastoral.

1. A seu modo, manifestam a presença de Deus e dos santos, na caminhada da Igreja, e chamam a atenção para um ou outro ponto do Evangelho, que deve ser mais intensamente vivido no momento. Esses dons extraordinários são dados aos fiéis “não para propor doutrinas novas, mas sim para guiar a nossa conduta”.¹⁴ Na Igreja, o Espírito Santo não trabalha apenas na perspectiva da hierarquia e da Instituição. Ele atua, no horizonte da Comunhão dos Santos, no coração dos fiéis, desde sua fé, suscita dons e carismas que, no plano concreto, não estão à margem da vida eclesial.
2. Deve-se, no entanto, ter o máximo empenho pastoral para aplicar, à devoção mariana, aqueles critérios essenciais lembrados pelo Papa Paulo VI, na *Marialis Cultus*: a) Na devoção mariana, “a característica trinitária e cristológica e intrínseca e essencial”. De fato, em Maria “tudo é relativo a Cristo e dependente” (n. 25), e deve realçar igualmente “a pessoa e obra do Espírito Santo” (n. 26). b) A piedade mariana deve

¹⁴ Joao XXIII, *Radiomensagem no Centenário de Lourdes*, 18.2.1959.

manifestar, de modo claro, “o lugar que ela ocupa na Igreja” (n. 28): “depois de Cristo, o mais alto e o mais perto de nós” (LG, n. 54).

3. Ressalvado o principal, devemos dar tratamento pastoral objetivo a esses fenômenos, convencidos de que, por um lado, ninguém pode ser obrigado a crer nalguma aparição ou revelação particular, em nome da fé; por outro, elas representam um *potencial evangelizador*, ligado à religiosidade popular, que não pode ser deixado de lado. A função pastoral, neste caso, deve, ao mesmo tempo: a) animar e confirmar os irmãos na fé; b) ajudar a superar a demasiada credulidade dos cristãos, para que não venha a ser um fator de descrédito da própria mensagem cristã.
4. Nessa tarefa, duas coisas devem ser pastoralmente evitadas. Primeiro, não se afastar de Cristo; segundo, não abafar o Espírito, que sopra onde quer. Para isso, o magistério da Igreja, por um lado, não pode dar a impressão de basear sua fé em fenômenos tão controversos e em testemunhos tão frágeis. Por isso, ela deve manifestar-se, muitas vezes, incrédula em relação a eles, para que a verdadeira fé em Cristo não sofra prejuízos. Todavia, por outro lado, não pode deixar de exercer aquele necessário discernimento dos dons e carismas, distribuídos pelo Espírito Santo no meio do povo de Deus. Em ambos os casos, vale a advertência do apóstolo Paulo: “Quando éreis gentios, éreis irresistivelmente arrastados para os ídolos mudos. Por isto, eu vos declaro que ninguém, falando com o Espírito de Deus, diz: anátema seja Jesus! E ninguém pode dizer: ‘Jesus é Senhor’ a não ser no Espírito Santo” (1Cor 12,2-3).

5. Para finalizar, não é fora de propósito lembrar que estamos no final de um século e de um milênio. Momento fértil para o surgimento de messianismos e movimentos milenaristas. Devemos estar atentos para não incentivar tais impulsos imprevisíveis, que se aninham no inconsciente coletivo e encontram uma oportunidade para emergir. A fé cristã deve encarnar-se no dia-a-dia da vida. Ela não precisa, nem deve esperar, fatos espetaculares. Ela não se fundamenta nem nesses fatos extraordinários nem na intrínseca verdade das coisas conhecidas pela luz da razão, mas na autoridade do mesmo Deus que se revela.¹⁵ Essa revelação chegou-nos em plenitude, em Jesus Cristo, seu enviado. Ela nos basta.

¹⁵ Cf. Denz. 3008.

BREVE NOTA BIBLIOGRÁFICA

MORI E.G. *Annunziazione del Signore. Dizionario di Mariologia*, Ed. Paoline, 1986, pp. 78-86.

LAURENTIN R. *Apparizioni. Dizionario di Mariologia*. Ed. Paoline, 1986, pp. 125-137. *No final, contém boa e atualizada bibliografia sobre o assunto.*

RAHNER K. *Privatoffenbarungen. Lexikon fuer Theologie und Kirche*, 8, pp. 772-3.

LAIS H.- MONDEN L. *Erscheinungen. Lexikon fuer Theologie und Kirche*, 3, pp. 1047-1050.

KLOPPENBURG B. *Espiritismo no Brasil*, Vozes, 1964.

KLOPPENBURG B. *Prudência na afirmação do fato milagroso.*

REB XIX, 1959, pp. 521-339.

GALOT J. *Le apparizioni private nella vita della Chiesa. Civiltà Cattolica*, 136, 1985, pp. 19-33.

SCHILLEBEECKX E. *Maria, Mãe da Redenção*, Vozes, 1966, pp. 93-118.

LAURENTIN R. *Breve tratado de Teologia Mariana*, vozes, 1965. Balic C. *Apparizioni Mariane dei secoli XIX-XX*. Em: Spiazzi R. (dir.), *Enciclopedia Mariana "Theotokos"*, Milano-Genova, 1958, 2a. ed., pp 234-254.

Castellano M. *La Prassi Canonica circa le Apparizioni Mariane*. Em: Spiazzi R. *Enciclopedia Mariana "Theotokos"*, Milano-Genova, 1958, 2ª. ed. pp. 486-505.

Comby J. *Piété marial et Mariologie de la Revolution a vatican II. Lumière et Vie*, 189, 1988, pp. 19-32. Cracco G. *Tra Santi e Santuari Em: Delumeau J. (org.). Storia Vissuta del Popolo Cristiano*, SEI, Torino, 1985, pp. 249-272.

